

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO-MG

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2023 - GERAL

RETIFICAÇÃO Nº 04

O Prefeito de Itabirito-MG, no uso de suas atribuições legais, retifica o **Edital nº 003/2023 - GERAL**, referente ao Concurso Público de Provas para provimento de vagas do seu Quadro de Pessoal, na forma que se segue:

I – **FICA ALTERADO** no **ANEXO I** os pré-requisitos do cargo de **Técnico de Serviço Público II (Técnico de Enfermagem do Trabalho)** para: Ensino médio completo e curso Técnico em Enfermagem do Trabalho, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação legal para o exercício da profissão e registro no Conselho Regional de classe.

II – **FICAM ALTERADOS** no **ANEXO III** os programas de **Conhecimentos Específicos** dos cargos de **Auditor de Controle Interno - Engenharia Civil, Auditor de Controle Interno - Tecnologia da Informação e Fiscal Controle Urbanístico e Ambiental**, conforme abaixo:

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARIA CIVIL

Auditoria Interna: Conceitos, princípios e objetivos da auditoria interna, métodos, técnicas e normas aplicados à auditoria interna em órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Governança e Controle Interno: Fundamentos e práticas relacionadas à governança e ao controle interno na Administração Pública Municipal. Tomada de Decisão e Gestão de Riscos: Processo de tomada de decisão, gestão de riscos e controles internos para a melhoria da gestão pública. Normas Aplicáveis à Administração Pública: Conhecimento das normas, procedimentos e legislação aplicáveis à Administração Pública Municipal. Metodologia de Auditoria: Métodos, técnicas e estratégias metodológicas utilizadas na execução de auditorias internas, incluindo a elaboração de planos de auditoria. Consultoria e Assessoria: Atividades de consultoria e assessoria aos gestores públicos para orientação em matérias afetas à governança, obras ou serviços de engenharia e gerenciamento de riscos. Inspeção e Verificação Pontual: Métodos e técnicas para realizar inspeções e verificações pontuais de ajustes, contratos, instrumentos congêneres e atos da administração pública. Análise de Dados e Indicadores: Técnicas para coleta, tratamento, cruzamento e análise de dados obtidos de órgãos e entidades do Poder Executivo. Desenvolvimento de Métodos e Normas: Elaboração, estruturação e formalização de métodos, técnicas e normas aplicados à auditoria interna, inspeção e controle. Controle de Obras e Serviços de Engenharia: Aspectos relacionados ao controle de obras ou serviços de engenharia na Administração Pública. Tecnologia da Informação e Controle Interno: Uso da tecnologia da informação no processo de controle interno, incluindo auditoria de sistemas e dados. Projetos de obras civis: arquitetônico; estrutural (concreto, aço e madeira); fundações; instalações elétricas e instalações hidráulicas; Projetos complementares: transporte vertical; climatização; rede estruturada, voz e dados; segurança patrimonial; sonorização; automação predial; prevenção contra incêndios; drenagem; serviços de GLP e gases; Compatibilização de projetos; Especificação de materiais de construção e serviços; Planejamento de obras: elaboração de orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais; levantamento de quantidades; elaboração de cronograma físico-financeiro; plano de gestão de obra; PERT-CPM; Construção de obras: organização do canteiro de obras; dimensionamento de equipes de trabalho; execução de fundações (superficiais e profundas); estruturas de concreto armado, aço e madeira; alvenaria; cobertura e impermeabilização; esquadrias; pisos e revestimentos; pintura; instalações (água, esgoto, eletricidade, rede estruturada); etapas de uma obra e descrição de serviços; manual do proprietário/usuário; orientação técnica para contratação dos serviços de manutenção de sistemas; Fiscalização e controle de obras: acompanhamento da aplicação de recursos (elaboração de medições); controle de materiais; controle de execução de obras e serviços; Noções de irrigação e drenagem, de hidráulica, de hidrologia e solos; Legislação e engenharia legal; Elaboração de pareceres técnicos; Princípios de planejamento e de orçamento de obras públicas; Noções de segurança do trabalho.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Auditoria Interna: Conceitos, princípios e objetivos da auditoria interna, métodos, técnicas e normas aplicados à auditoria interna em órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Governança e Controle Interno: Fundamentos e práticas relacionadas à governança e ao controle interno na Administração Pública Municipal. Tomada de Decisão e Gestão de Riscos: Processo de tomada de decisão, gestão de riscos e controles internos para a melhoria da gestão pública. Normas Aplicáveis à Administração Pública: Conhecimento das normas, procedimentos e legislação aplicáveis à Administração Pública Municipal. Metodologia de Auditoria: Métodos, técnicas e estratégias metodológicas utilizadas na execução de auditorias internas, incluindo a elaboração de planos de auditoria. Consultoria e Assessoria: Atividades de

consultoria e assessoria aos gestores públicos para orientação em matérias afetas à governança, obras ou serviços de engenharia e gerenciamento de riscos. Inspeção e Verificação Pontual: Métodos e técnicas para realizar inspeções e verificações pontuais de ajustes, contratos, instrumentos congêneres e atos da administração pública. Análise de Dados e Indicadores: Técnicas para coleta, tratamento, cruzamento e análise de dados obtidos de órgãos e entidades do Poder Executivo. Desenvolvimento de Métodos e Normas: Elaboração, estruturação e formalização de métodos, técnicas e normas aplicados à auditoria interna, inspeção e controle. Controle de Obras e Serviços de Engenharia: Aspectos relacionados ao controle de obras ou serviços de engenharia na Administração Pública. Tecnologia da Informação e Controle Interno: Uso da tecnologia da informação no processo de controle interno, incluindo auditoria de sistemas e dados. Infraestrutura de TI e Sistemas de Suporte: Introdução aos conceitos básicos de infraestrutura de TI, abordando também os sistemas de suporte utilizados em ambientes computacionais. Web 2.0, Criptografia e Assinatura Eletrônica: Noções sobre a Web 2.0 e suas características, além de introdução aos conceitos de criptografia e assinatura eletrônica para garantir a segurança das informações. Firewall, Backup e Antivírus: Explicação sobre a importância do firewall, a necessidade de fazer backups e a utilização de antivírus como medida de prevenção contra ameaças. Componentes do Computador: Descrição dos principais componentes de um computador, como processador, memória e periféricos, acompanhado de uma visão geral sobre os diferentes tipos de periféricos existentes. Sistema Operacional: Unix, Linux e Windows; manipulação de gerenciadores de arquivos e diretórios: Introdução aos sistemas operacionais Unix, Linux e Windows, além de abordar a manipulação de gerenciadores de arquivos e diretórios nesses sistemas. Noções de Segurança: Medidas de prevenção contra vírus e outros códigos maliciosos, visando a proteção dos sistemas e informações. Construção de Algoritmos e Estruturas de Dados: Introdução à lógica de programação e programação estruturada, abordando estruturas de dados homogêneas e heterogêneas, bem como métodos de busca e ordenação. Testes de Programas: Discussão sobre a importância dos testes de programas para garantir a qualidade e eficiência do software desenvolvido. Álgebra Booleana: Conceitos básicos sobre álgebra booleana, fundamental para a lógica de programação. Programação Orientada a Objetos: Introdução ao paradigma de programação orientada a objetos, seus conceitos e aplicação. Programação Orientada a Eventos: Noções básicas sobre programação orientada a eventos e sua utilização em sistemas computacionais. Banco de Dados Relacional: Conceitos fundamentais sobre bancos de dados relacionais, esquemas, linguagem SQL, operações em tabelas, relacionamentos e restrições de integridade. Ambientes de Desenvolvimento para Web: Introdução à linguagem HTML e sua utilização para o desenvolvimento de páginas web. Noções de Serviços de Rede: Visão geral sobre serviços de rede, incluindo SMTP, FTP, HTTP, DNS, entre outros. Arquitetura de Programação Web: Explicação sobre a arquitetura de programação web, abrangendo servidores e clientes web, páginas estáticas e dinâmicas. Programação em Java e Python: Introdução às linguagens de programação Java e Python e suas aplicações na construção de software.

FISCAL CONTROLE URBANÍSTICO E AMBIENTAL

Lei Municipal n. 3323/2019 - Plano Diretor de Itabirito. Lei Municipal n. 3325/2019 - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de Itabirito. Lei Municipal n. 2.459/2005 - Código de Obras Municipal. Lei Municipal n. 3.312/2019 - Altera o Código de Obras Municipal – 2.459/2005. Lei Municipal n. 1.615/1990 - Código de Posturas Municipal. Lei Orgânica Municipal de Itabirito, revisada em 11 de dezembro de 2006. Lei Municipal n. 3.295/2019 - Cria zona de atividade econômica e comércio ambulante nas vias e logradouros públicos do Município de Itabirito e sobre a utilização privativa e fixa de espaços públicos municipais por comerciantes e prestadores de pequenos serviços. Lei Municipal n. 3.912/2023 - Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito-MG. Lei Municipal n. 3915/2023 - Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos da Fiscalização de Atividades Urbanas, Tributária e de Meio Ambiente do Município de Itabirito – PCV da Fiscalização e dá outras providências. Lei Municipal n. 2494/2006 -Fixa normas sobre a proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Itabirito, atendendo ao disposto nos artigos 180, 216 e 23, incisos III, IV, VI e VII da Constituição da República Federativa do Brasil, cria o Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural de Itabirito - CONPATRI e dá outras providências. Lei Municipal n. 2660/2008 - Altera a Lei Municipal nº 2494, de 11 de abril de 2006, que fixa normas sobre a proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Itabirito e cria o Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural de Itabirito – CONPATRI, e dá outras providências. Lei Federal n. 6.766/1979 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Lei Federal n. 10.257/2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Lei Federal n. 13.465/2017 - Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União e dá outras providências. Decreto Federal n. 9310/2018 - Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. Lei Federal n. 13.874/2019 - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado e dá outras providências. Noções sobre Direito administrativo em especial processos e procedimentos. Noções sobre Direito Civil em especial aos Direitos de Vizinhança. Lei Federal n. 9503/97 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (Capítulos, I, III, III-A, IV, V, VI, VII, IX, XIII, XIII-A). Lei Federal nº 11.428/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Decreto Federal nº 6.660/2008 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Lei Federal Complementar nº 140/2011 - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Lei Federal nº 12.651/2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Lei Estadual nº 20.922/2013 - Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Lei Municipal nº 2.417/2005 - Dispõe sobre a política de proteção, do controle e da conservação do ambiente, da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável no município de Itabirito. Decreto Municipal nº 7.632/2005. Regulamenta a Lei nº 2417, de 2005. Decreto Municipal nº 11.828/2017 - Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 7632, de 28 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Municipal nº 2417, de 11 de julho de 2005. Decreto Municipal nº 12.701/2019 - Altera dispositivos do Decreto nº 7.632, de 2005. Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 2017. Regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea "a" e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios. Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012: Código Florestal Brasileiro. Fiscalização Ambiental: Procedimentos e técnicas de fiscalização ambiental, incluindo vistorias, inspeções e análises técnicas em locais para verificar o cumprimento da legislação ambiental vigente. Licenciamento Ambiental: Conhecimento dos procedimentos e critérios para licenciamento, e estabelecimento de medidas condicionantes e compensatórias. Vistoria de Transporte Coletivo: Procedimentos de vistoria, fiscalização e controle dos veículos de transporte coletivo, garantindo o cumprimento das condições de operação e horários estabelecidos. Fiscalização Urbanística: Procedimentos de fiscalização urbanística em relação a construções particulares, edificações, terrenos baldios, atividades comerciais, ambulantes e demais aspectos urbanos. Autuação e Medidas Repressivas: Lavratura de autos de infração, aplicação de multas e embargos em caso de descumprimento das normas ambientais e urbanísticas. Elaboração de Relatórios e Pareceres Técnicos: Habilidade na elaboração de relatórios estatísticos, pareceres técnicos e respostas a requerimentos relacionados a questões ambientais e urbanísticas. Atendimento ao Público e Educação Ambiental: Técnicas de atendimento ao público, educação ambiental e orientação preventiva ou repressiva aos munícipes em relação às questões ambientais e posturas municipais.

Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Itabirito, 23 de agosto de 2023

**ORLANDO AMORIM CALDEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**